

# MUDANÇAS NA PRODUÇÃO E NO CONSUMO NO ASSENTAMENTO MARGARIDA ALVES EM NOVA UNIÃO, RONDÔNIA

Marcel Eméric B. de Araújo<sup>1</sup>  
Antônio Lázaro de Sant'Ana<sup>2</sup>  
William Kennedy do Amaral Souza<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

A chamada “colonização recente” do Estado de Rondônia se dá efetivamente a partir do início dos anos de 1970. Através do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) os militares, então no poder, iniciaram sua campanha de colonização e integração da Amazônia. Sob a égide da segurança nacional e concretização do PIN (Plano de Integração Nacional) enviam centenas de famílias partindo de diversas regiões do País para ocuparem o norte do Brasil.

As palavras de ordem eram: “terra sem homens para homens sem-terra” e “integrar para não entregar” e crendo nisso, massas de migrantes expropriados do trabalho e da terra em suas regiões de origem desembarcam na tão sonhada e prometida terra. Lemas belíssimos para esconder uma política agrícola que, de fato, não visava aos interesses sociais e que mantinha a vinculação do Estado aos grandes grupos econômicos, fato que se repete e que ganha força no atual modelo neoliberal. Muitos pesquisadores questionaram o modelo de “integração” realizado pelos militares.

No entanto, durante o regime militar prevaleceu, inequivocamente, a vertente do “desenvolvimento agrícola” em detrimento da “reforma agrária” do Estatuto. Políticas de governo voltadas para a modernização do latifúndio tiveram lugar central na estratégia de desenvolvimento adotada, na qual as exportações de produtos agrícolas e agroindustriais eram essenciais para a geração de divisas. Medidas de “reforma agrária” (desapropriações por interesse social) foram usadas topicamente, para resolver um ou outro conflito. [...]. Desapropriações só eram arrancadas com muita pressão por parte dos sindicatos de trabalhadores rurais ou de entidades de apoio à luta dos trabalhadores rurais, em especial a CPT. Merece ser lembrado o fato de que esse foi um período em que as grandes mobilizações tenderam a ser reprimidas pelos governantes. (LEITE, HERENDIA, MEDEIROS, et al. 2004.p.38).

---

<sup>1</sup> Licenciado e Bacharel em Geografia (UFPB), mestre em Geografia (UNIR), doutorando em Agronomia pela UNESP Ilha Solteira/Professor do Instituto Federal de Rondônia – Colorado do Oeste – IFRO. e-mail: marcel.emeric@ifro.edu.br

<sup>2</sup> Doutorado em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Câmpus de Araraquara. Livre Docência em Sociologia (2013) pela UNESP, Câmpus de Ilha Solteira. Professor adjunto da UNESP, em Ilha Solteira. e-mail: lazaro@agr.feis.unesp.br

<sup>3</sup> Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFMT), mestre em Educação (UFMT), doutorando em Educação (UFF). Professor do Instituto Federal de Rondônia – Colorado do Oeste – IFRO. e-mail: william.souza@ifro.edu.br

De um modo geral, a expansão agrícola para o Centro-Oeste e o Norte do país, serviram para “desafogar” o Sul e o Sudeste, diminuindo os protestos por terras e condições de vida nas regiões mais populosas da nação. Hoje em dia, podemos fazer mais uma análise da política agrícola dos militares. Ela serviu para que, massas de trabalhadores pobres com suas próprias forças e recursos, desbravassem ambientes tidos como hostis nos anos 70 e 80 do século passado e, que hoje, são tomadas para o agronegócio com a facilidade de bons preços que, advém sobretudo, do desânimo de grande parte dos trabalhadores rurais que abandonados ao longo desse tempo pelo Estado, já não juntam forças para o labor na terra.

Outros fatores se somam como, o envelhecimento da população rural com seu histórico de enfermidades e as dificuldades para o atendimento. A saída dos jovens que vão as cidades estudar e dificilmente retornam ao campo. O apelo consumista dos centros urbanos que atrai trabalhadores de todos os lugares e ainda, a dicotomia campo/cidade tão bem explorada pelo capitalismo. Como nos diz Williams:

O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida – de paz, inocência e virtude simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações – de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. (WILLIAMS, 1989, p.11).

Mesmo com as associações negativas elencadas por Williams, a cidade ainda é mais desejada do que o campo. Na escolha entre ambição e atraso, a imensa maioria preferirá ser ambicioso do que atrasado. Sabemos que essa dicotomia é um erro histórico que segue interesses capitalistas. O próprio Williams nos ensina que:

Na longa história das comunidades humanas, sempre esteve bem evidente esta ligação entre a terra da qual todos nós, direta ou indiretamente, extraímos nossa subsistência, e as realizações da sociedade humana. E uma dessas realizações é a cidade. (Williams, 1989, p. 11).

Mas, embora hegemônico nesse momento, o capitalismo não representa a totalidade social e há diversos exemplos de contradições para esse modelo sócio produtivo. Há resistências, lutas e os trabalhadores rurais têm comparecido a esse embate. Embora sofrendo retaliações e violências<sup>4</sup>, muitos trabalhadores do campo se unem em movimentos sociais para a tentativa de uma sociedade melhor. Em Rondônia essa luta também acontece.

Dividido entre um espaço do campesinato, sobretudo na região central, e o avanço do agronegócio no Cone Sul do estado, os conflitos e os embates no campo estão longe de serem resolvidos em solo rondoniense. Em recente estudo, Batista nota o avanço das monoculturas em nossos campos:

Na Amazônia brasileira, Rondônia fora um dos estados mais impactados pela expansão da fronteira agrícola verificada nas últimas duas décadas, sendo a soja

---

<sup>4</sup> Uma excelente compilação dessa violência foi realizada pela Comissão Pastoral da Terra.  
<https://cptnacional.org.br/mnc/index.php>

a cultura sobejamente reconhecida como representativa desse fenômeno [...] na safra 2015/16, cerca de 760 mil toneladas de soja foram colhidas em Rondônia, sendo que quase a totalidade dos 250.000 hectares cultivados com o grão nesse ano/safra, fica localizada no Cone Sul do Estado, considerada como região do agronegócio em Rondônia. (Batista, 2016, p. 14).

Até quando os assentamentos resistirão a essa expansão do agronegócio? Quais as intenções do Estado frente as demandas dos assentados? De que maneira os assentados resistem?

## “O” MARGARIDA ALVES

De acordo com Oliveira (2000) foram inicialmente três tipos de Projetos de Colonização: os PIC's (Projetos integrados de Colonização, os PAD's (Projetos de Assentamento Dirigido) e os PAR (Projetos de Assentamento Rápido) que se diferenciavam de acordo com as estratégias de implementação e a dinâmica ocupacional. O PIC Ouro Preto foi o primeiro a ser implantado, em 1970 sendo o projeto em que o INCRA despendeu os maiores esforços (OLIVEIRA, 2000).

Como parte integrante da estrutura de PIC havia o NUAR (Núcleo Urbano de Apoio Rural), que de acordo com Coy (1988) eram pequenas localidades urbanas dentro do espaço rural num curto raio de ação para atender um número específico de famílias (cerca de 1.000), onde a assistência do Estado estaria posta como escola primária e posto de saúde. Araújo afirma:

Somando-se todos os projetos de colonização implantados em Rondônia entre 1970 e 1980 e já aqui citados, tem-se uma área de aproximadamente 2,6 milhões de hectares, sendo que 1.795.521 hectares (68%) foram destinados aos pequenos camponeses com lotes de até 100 hectares. Ao longo dos anos, o espaço do campesinato consolidou-se nesses extratos de até 100 hectares que representam atualmente 80% dos estabelecimentos rurais do Estado. Estaria, a partir de então, formada uma nova configuração espacial: os PICs para os pequenos camponeses e os PADs para os médios e grandes produtores rurais. (Araújo, 2015, p. 51).

A partir desse modelo de posse da terra, muitos municípios rondonienses nasceram, como Nova União que está situado a cerca de 44 Km de distância do município de Ouro Preto do Oeste (originado pelo primeiro PIC de Rondônia) e também se originou do mesmo PIC. Segundo o IBGE (2014) o vilarejo de Nova União foi promovido a NUAR em 1982 e passaria a pertencer ao PIC Ouro Preto, vindo a se emancipar politicamente como município em 1997. Nesse município está o Assentamento Margarida Alves, objeto de nosso presente estudo.

A área do atual P.A Margarida Alves (zona rural do Município de Nova União), começou a ser ocupada nos anos finais da década de 1960. Os migrantes que chegavam eram oriundos em grande parte do Centro-Sul do País, em especial de Minas Gerais, Espírito Santo e Paraná. Todos buscando a sonhada “terra prometida” e melhores condições de vida, se assentando e esperando a legalização do seu pedaço de chão que era distribuído pelo INCRA.

A espera para muitos foi longa, pois os Projetos Integrados de Colonização (PIC's) não estavam preparados para uma demanda tão grande de migrantes, entre eles camponeses, trabalhadores assalariados rurais e urbanos ou simplesmente pessoas buscando um começo. A década de 1980 é marcada pela implantação do Programa Integrado de Desenvolvimento do

Noroeste do Brasil – POLONOROESTE, financiado pelo Banco Mundial. Entre as propostas do POLONOROESTE era o financiar o assentamento de comunidades de pequenos agricultores embasadas na agricultura autossustentada, o que se tornou um incentivo aos constantes fluxos migratórios para a já citada região central de Rondônia. Em 1996 iniciaram-se os processos de ocupação da Fazenda FISHER ou FIRASA<sup>5</sup> por integrantes do MST em sua luta contínua pela reforma agrária efetiva e digna para os trabalhadores rurais que:

Querem, portanto, mudanças sociais que os reconheçam como membros integrantes da sociedade. Anunciam, em suma, que seus problemas são problemas da sociedade inteira. Que a derrota política de seus agentes de mediação, não os suprime historicamente. A falta de reforma agrária não acaba com o camponês, com o pequeno agricultor, com o trabalhador rural. Ao contrário, multiplica as responsabilidades das elites políticas porque suprime uma alternativa de integração política social e econômica de milhões de brasileiros que vivem no campo, em condições cada vez mais difíceis. (MARTINS, 1994, p. 156).

Chegaram à região cerca de 130 famílias, acampando inicialmente na cidade, antes de iniciarem a ocupação da “fundiária”<sup>6</sup> da Fazenda. As ocupações e os acampamentos são as maneiras iniciais que o MST apresenta para pressionar o poder público na luta pela desapropriação das terras e criação de assentamentos:

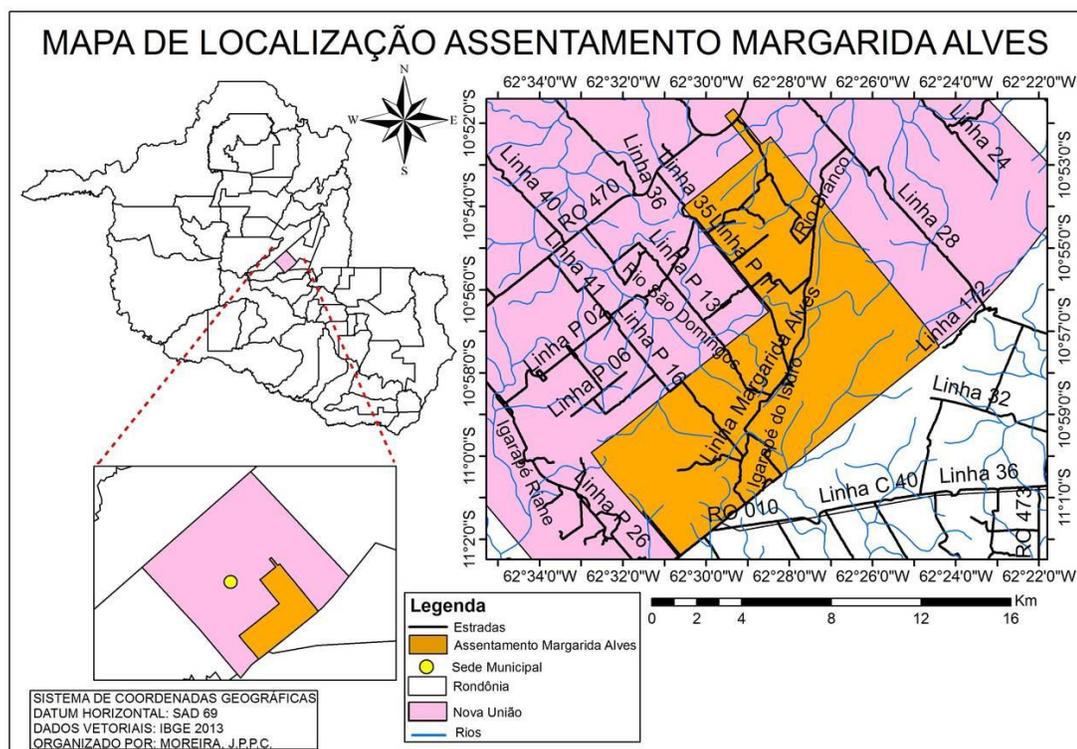
A Reforma Agrária aparece na História, em geral, relacionada simultaneamente, às lutas, revoltas ou mesmo revoluções camponesas, e às ações de governos visando modificar a estrutura agrária de regiões ou países. No primeiro caso, a ideia central de reforma agrária está mais relacionada a ideia de revolução agrária, enquanto que no segundo, está mais relacionada a ideia de reforma propriamente dita. (OLIVEIRA, 2007, p. 67-8).

A necessidade contínua de criação de assentamentos e a pressão popular através do MST levaram em 1997 – um ano após a chegada dos camponeses ao Município de Nova União – a criação do Assentamento Margarida Alves, com uma área total de 11.892,2 hectares e capacidade de assentar 258 famílias, em terras desapropriadas mediante a compra das Fazendas FIRASA e ANINGA (EMATER, 2010). Segundo o INCRA em 2011, o mesmo já possuía 254 famílias assentadas e encontrava-se em fase de consolidação (INCRA, 2011). Atualmente o Assentamento Margarida Alves (figura 1) mantém-se com as mesmas 258 famílias contadas pelo INCRA em 2011, distribuídas em sete glebas.

---

<sup>5</sup> Informado pelos moradores do Margarida Alves.

<sup>6</sup>O termo é popularmente conhecido na região e faz menção à parte final de uma propriedade, ao “fundo de área”. No processo de formação de palavras é fruto de uma aglutinação da própria expressão “fundo de área”, tornando-se popularmente “fundiária”.



Localização do Assentamento Margarida Alves (figura 1)

Porém, existe um processo constante de (re) partição da terra, onde as famílias pioneiras dividem seus lotes com os filhos e filhas que se casam, aumentando o número de famílias moradoras do Assentamento.

Essa divisão da terra entre os grupos familiares indica uma possibilidade de permanência que, via de regra, não é uma constante nos assentamentos rurais do Brasil.

## CONVERSAS, RELATOS E REVELAÇÕES: CONTINUIDADES E RUPTURAS

Alentejano e Costa-Leão nos dizem que:

Fazer trabalho de campo representa, portanto, um momento do processo de produção do conhecimento que não pode prescindir da teoria, sob pena de tornar-se vazio de conteúdo, incapaz de contribuir para revelar a essência dos fenômenos geográficos. Neste sentido, o trabalho de campo não pode ser mero exercício de observação da paisagem, mas parte desta para compreender a dinâmica do espaço geográfico, num processo mediado pelos conceitos geográficos. (2006, p.57).

No Assentamento Margarida Alves, pudemos conhecer um pouco com a comunidade e apreciar a dinâmica interna do mesmo. Foram várias as conversas com os moradores e participação em algumas atividades diárias dos mesmos tentando entender como funcionava e

como funciona o modo de produção no assentamento, e sua visão sobre sustentabilidade e luta pela permanência na terra.

No decorrer da pesquisa vimos como se dão as relações entre os assentados quanto às normas de convivência no local, quanto ao modo de produzir e principalmente quanto às perspectivas de futuro dos mesmos.

Ouvimos muitas histórias durante a realização da pesquisa e entre cafezinhos com pães caseiros íamos entrando na vida dessas pessoas de trajetórias difíceis e belas, às vezes tristes, mas que hoje se tornaram felizes.

Apresentaremos aqui apenas um recorte das vivências apreendidas no decorrer da pesquisa, já que os demais resultados são “tijolos” na construção da dissertação de mestrado do autor principal deste trabalho. Conhecer como se deu o processo de ocupação do assentamento, sua efetivação e o processo de consolidação do mesmo estão entre os elementos aqui apresentados.

## **CAMPONESES REPRODUTORES DO ESPAÇO**

A história dos assentados é sempre semelhante. O processo de “migração forçada” pelo qual a maioria deles passou é o reflexo das condições de vida que cada um possuía – as vezes era só o que possuíam – em seu rincão de origem. Oriundos em grande parte do Sudeste do Brasil, principalmente de estados como Espírito Santo e Minas Gerais, os assentados do Margarida Alves vieram para Rondônia entre as décadas de 1970 e 1980, alguns poucos aqui chegaram apenas na década de 1990, em busca da tão sonhada terra de trabalho.

“o surgimento de um camponês ultra-especializado, diferente, portanto, do camponês livre da etapa concorrencial do capitalismo [...] um camponês altamente produtivo, cujo trabalho agrícola torna-se cada vez mais intenso, que inclusive necessita, dependendo do setor, entregar temporariamente parte do processo de trabalho para trabalhadores de empreitada, ou então entregar aos monopólios industriais a última etapa do processo produtivo.” (OLIVEIRA, 1986, p. 54).

No ano de 1997, quando as primeiras famílias iniciaram a ocupação da área do assentamento traziam consigo o desejo de produzir, de fazer a terra prosperar aplicando ali seus conhecimentos e tradições na busca da reprodução dos seus espaços vivenciados, que para Bollnow (2008) podem ser entendidos como “experiência do espaço” como simples circunstância psíquica, é reproduzir as experiências trazidas na “bagagem”, já que para o mesmo autor “o espaço não somente é diverso para os diversos homens, mas varia para o próprio indivíduo de acordo com sua constituição e humor circunstanciais (BOLLNOW, 2008, p. 18).

## **A PRODUÇÃO NO MARGARIDA ALVES**

Wanderley (2009) considera o campesinato como um modo de produção subordinado ao capitalismo, que reconhecemos como uma afirmação verdadeira, já que o sistema é hegemônico. Mas, como afirmamos acima, o sistema não representa a totalidade das relações sociais.

Ancorado na teoria marxiana, Oliveira (1986) afirma que as relações de produção são na verdade relações estabelecidas entre os homens no processo de produção social, sendo portanto, relações sociais de produção. Ao se relacionarem, os trabalhadores moldam o seu estar no mundo e isso pode mudar a sua concepção de mundo e de classe. Em um recente texto, Tiriba e Magalhães buscam uma junção entre o conceito de “experiência” em Edward Palmer Thompson (1981) e de memória coletiva e social cunhado por Maurice Halbwachs (2003). Elas afirmam:

Contra-pondo-se ao reducionismo econômico, Thompson (1981) e Williams (2011) argumentam que, embora sofrendo fortes pressões e limites externos, os seres sociais não são o espelho de uma ordem superior que os domina. Ao mesmo tempo em que são condicionados por determinações externas, lutam por seus interesses, os quais são antagônicos aos de outra classe. (TIRIBA & MAGALHÃES, 2017, p. 66).

É nesse sentido que os trabalhadores do assentamento em questão vivenciam as experiências colhidas ao longo desse tempo, e refletem sobre as mudanças em seu modo de vida. Dentro da lógica de produção social como processo produtivo vemos os moradores do Margarida Alves apresentarem diversos estágios de produção, tanto da vida material como imaterial, com diferentes itens produzidos, comercializados e consumidos. Citaremos no decorrer deste trabalho algumas conversas com 3 moradores do assentamento cujos nomes serão preservados e os mesmos serão aqui tratados de *senhor 1*, *senhor 2* e *senhor 3*.

Fica claro logo nas primeiras conversas que os assentados do Margarida Alves evoluíram economicamente no decorrer dos anos, e grande parte dessa evolução<sup>7</sup> dá-se graças ao bom nível de produtividade das famílias moradoras do Assentamento. O *senhor 1*, lembra de como chegou ao hoje assentamento Margarida Alves: “já tava ha mais de dois anos vivendo debaixo das lona, e antes disso morava na propriedade do sogro no Mirante<sup>8</sup>”. Muitos dos assentados vieram naquele momento de municípios vizinhos à Nova União, mesmo já estando em Rondônia há algumas décadas. Assim como ele, os *senhores 2 e 3* também foram oriundos de acampamentos do MST espalhados por Rondônia em meados da década de 1990.

O *senhor 1* é hoje uma das figuras mais respeitadas dentro do assentamento assim como os *senhores 2 e 3*. Os mesmos são ligados à direção estadual e nacional do MST e tem muita experiência relativa às lutas do movimento. Sempre conversávamos sobre o “antes e o depois” na vida desses trabalhadores. Novamente Tiriba e Magalhães nos ajudam a entender essas reminiscências quando dizem:

Como diz Thompson (1981), além da experiência vivida, é preciso considerar a experiência percebida e a experiência modificada. Como pensamento e ação são elementos indissociáveis da práxis, a experiência de classe não se apresenta como uma ação meramente prática, mas surge porque homens e mulheres (e não apenas filósofos) refletem sobre o que acontece à sua volta. (TIRIBA & MAGALHÃES, 2017, p. 66).

---

<sup>7</sup> Apesar de ser um conceito dúbio, neste caso estamos entendendo como evolução a melhora na renda e nas condições de vida em geral de alguns dos assentados.

<sup>8</sup> Município de Mirante da Serra a cerca de 27 quilômetros de Nova União.

E a prosa sempre corria para algo bastante apreciado por todo vivente: o alimento. Os assentados relatam sempre como e o que produziam no momento em que se tornaram assentados. O senhor 2 relata que: *“antes se plantava de tudo, arroz, milho, feijão e café, além das hortas e também os bicho (galinhas, porcos e umas poucas vacas) a terra ainda era boa e chovia mais. Hoje a terra num presta e a chuva diminuiu. É melhor criar vaca que o dinheiro é certo”*.

Entre as pessoas que conversamos é unânime a transição no modo de produzir dos assentados. Ambos costumavam produzir seu próprio alimento com diversidade e certa fartura; o senhor 3 diz: *“antes a gente levava as coisas pra vender no mercado, hoje a gente vai no mercado comprar as coisas”*. Essa frase reforça a hipótese que ao passar do tempo o agricultor familiar dentro do assentamento modifica seus hábitos, influenciado por uma série de fatores externos e internos.

O Município de Nova união está dentro da região central de Rondônia, que compreende a principal bacia leiteira do Estado. O leite é hoje um produto extremamente valorizado na região, colocando Rondônia entre os maiores produtores da região Norte, fato que incentiva o aumento gradativo da produção deste item. A concentração de agroindústrias de leite na região é um dos principais fatores que interfere nessas modificações da produção no assentamento.

O senhor 1 lembra que: *“no início do assentamento todo mundo queria plantar feijão e milho, já que na época o café não tava tão valorizado e pedia muita gente pra produzir; hoje o café continua trabalhoso e pouco valorizado*. Entendemos que um dos fatores que influenciam negativamente no fator produtivo é mão de obra, que se torna cada vez mais escassa nas famílias do assentamento. Para Oliveira *“a força de trabalho familiar é o motor de processo de trabalho na unidade camponesa”* (1986, p. 69). Por ser este motor temos noção da importância do número de trabalhadores por unidade familiar.

Desde o final da década de 1990 o Brasil vem experimentando um processo de expansão das oportunidades de formação escolar principalmente no campo. O Estado de Rondônia já possui programas que levam o ensino médio para o campo desde 2005 (Ensino Médio no Campo), além de colégios agrícolas e as EFAS (Escola Família Agrícola) voltadas para receber alunos oriundos do campo, oferecendo formação técnica – profissionalizante; a expansão dos Institutos Federais no Estado também fortalece esta política, que oferece ao jovem do campo a oportunidade que muitas vezes os seus pais não tiveram que é a da formação acadêmica e ou profissional. Evidentemente que, o tipo de formação que é oferecida, ou para quem serve essa formação é algo a ser questionado, discutido.

Em recente pesquisa sobre a concepção do que é agricultura familiar com os alunos do campus Colorado do Oeste do Instituto Federal de Rondônia (IFRO), Souza et al. (2015) chegam a conclusões alarmantes. Em uma pesquisa que entrevistou 208 alunos, nota-se que o agronegócio ganha espaço da agricultura familiar na concepção de agricultura que produz alimentos para todos. Quando perguntados qual grupo ajuda a resolver o problema da fome no mundo, 151 alunos disseram que a união entre agricultura familiar e agronegócio resolve o problema da fome. Ora, é praticamente domínio público a informação de que dados apontam que cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil são fruto da agricultura familiar. Outro dado interessante da pesquisa é que metade dos entrevistados afirmou serem filhos de agricultores e desses, 80% se dizem filhos de pequeno agricultor. E, ainda mais alarmante, é o fato de que 75% dos entrevistados disseram que desejam trabalhar em grandes complexos agroindustriais, sobretudo no estado vizinho, o Mato Grosso. Isso nos leva a pensarmos que o campus Colorado do Oeste do IFRO acaba realizando uma educação que não leva em conta a realidade de seus alunos, em sua maioria oriunda da agricultura familiar e acaba tão somente, formando mão de

obra para as empresas capitalistas, corroborando com a teoria marxista de que o Estado - com todos os seus braços - está a serviço da classe dominante.

No entanto, o fato de oportunidades de estudo chegarem a pontos outrora inacessíveis, é um alento para uma possível ampliação dos circuitos educacionais e culturais dos trabalhadores do campo.

Encontramos no assentamento Margarida Alves vários jovens que estão matriculados em cursos técnicos de nível médio e em cursos de nível superior em instituições públicas e privadas do Estado. Essa saída do jovem do campo para investir em sua carreira profissional é fator direto de alteração da produção no assentamento, pois atividades que requerem muita mão de obra passam a serem substituídas por atividades econômicas que exigem um grupo menor de pessoas no trato.

Aliemos a importância da região como bacia leiteira com a saída gradativa de jovens do campo para a cidade (Nova União e região) e teremos diversas mutações sociais e produtivas presentes no assentamento, sendo a mais evidente delas, a referente ao que se produz.

## **RESULTADOS E MUDANÇAS**

O leite produzido pelos assentados é comprado pelos grandes laticínios da região. A coleta do mesmo é feita duas vezes ao dia por caminhões “cedidos” pelas agroindústrias com o intermédio da cooperativa local (COMEAFES – Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços); A produção diária varia entre os assentados, já que o número de animais por lote é bem diversificado, variando de 4 até 20 animais por proprietário. A renda do assentado do Margarida Alves hoje é proveniente quase que totalmente do leite, o que permite aos assentados produtores receberem comprovantes de renda mensal concedido pela cooperativa, dando aos mesmos a condição de se inserir cada vez no mercado consumidor local.

A maioria dos assentados apresenta condições satisfatórias de vida (relato dos próprios assentados), quando comparam a realidade que enfrentaram no início do assentamento. A posse de motos, carros, equipamentos eletrônicos e eletrodomésticos diversos como máquinas de lavar, aparelhos de TV de plasma, LCD e outras tecnologias são o reflexo desse incremento na renda trazido pela produção de leite. O consumo dos bens que não mais são produzidos pelos assentados favorece outro incremento à economia do Município de Nova União, já que são 258 famílias que abastecem parte de sua dispensa com itens comprados nos mercados da cidade.

Lojas de móveis, postos de combustível e prestadores de serviços diversos também participam dessa “festa” do consumo. O *Senhor 1* nos lembra que: *“quando o acampamento foi montado na cidade, todo mundo tinha medo de nós... era triste ser visto assim, como quem num vale nada. Mas hoje os dono de comércio faz festa quando vê a gente entrar no mercado e sair com o carrinho cheio. Eles vende fiado pra gente sem nem se preocupar, hoje nós somo visto com trabalhador, gente de bem”*.

É claro e inegável aos nossos olhos que a vida do assentado do Margarida Alves ganha gradativamente mais qualidade, porém muitos ainda são excluídos dessa melhoria. Muito ainda precisa ser feito em prol desse povo, mas é animador saber que os mesmos estão fazendo sua parte, sem negar suas origens e tradições, porém adaptando-se a cada dia aos novos ventos do capitalismo em território do campesinato.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Marcel Emeric Bizerra. **A vida e a produção no Assentamento Margarida Alves em Nova União**. 2015. Dissertação, (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho.

BATISTA, Jessé Alves. **Adoção da agricultura de precisão na Amazônia: Estudo de caso na região cone sul do estado de Rondônia**. 2016. Dissertação, (Mestrado em Agricultura de Precisão). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

ALENTEJANO, Paulo R. R. e ROCHA-LEÃO, Otávio M. Trabalho de Campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado. In: **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo: AGB, n. 84, p. 51 – 57, 2006.

BOLLNOW, Otto Friedrich. **O Homem e o Espaço**. Curitiba: UFPR Editora, 2008.

BRASIL. IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Banco de dados – cidades**. Disponível em <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110143&search=rondonia|nova-uniao>> Acesso em: 17 fev.2014.

\_\_\_\_\_. INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Reforma Agrária Conforme Fases de Implementação**. Disponível em <[http://www.share-pdf.com/ff518e30f5524fe78b715528c08f179f/relacao\\_de\\_projetos\\_de\\_reforma\\_agraria](http://www.share-pdf.com/ff518e30f5524fe78b715528c08f179f/relacao_de_projetos_de_reforma_agraria)> Acesso em: 20 jul.2014.

COY, Martin. DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PERIFERIA AMAZÔNICA - Organização do espaço, conflitos de interesses e programas de planejamento dentro de uma região de “ponteira”: O caso de Rondônia. In: AUBERIN, Catherine. **Fronteiras**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1988.

DE MARCOS, Valéria. Trabalho de campo em Geografia: reflexões sobre uma experiência de pesquisa participante. **Boletim Paulista de Geografia – trabalho de campo**. São Paulo: n. 84, p. 105 – 136 jul. 2006.

DOS SANTOS, Rildo Ferreira. **Pesquisa participante: o que é como se faz?** Disponível em:<<http://baixadacarioca.wordpress.com/2012/03/19/pesquisa-participante-o-que-e-como-se-faz/>>. Acesso em: 17 jun. 2014.

LEITE, Sérgio; HERENDIA, Beatriz; MEDEIROS Leonilde [et al.]. **Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD; São Paulo: Unesp. 2004.

MARTINS, José de Souza. **O poder do atraso**. São Paulo: Hucitec, 1994.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos. **Migração e reprodução social de agricultores familiares em Nova União – Rondônia, Brasil**. Viçosa: UFV, 2000. Tese (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa, 2000.

SOUZA, William Kennedy do Amaral; FERNANDES, Ana Beatriz Vieira; CHICHOKI, Milena Veríssimo; BAIROS, Wanessa. Agricultura familiar: discutindo as concepções a partir de saberes e experiências. In: **Anais do X Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação**, Rio Branco - Acre. 2015.

TIRIBA, Lia; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. Experiência de classe e memória coletiva: possíveis aproximações entre E.P.Thompson e Halbwachs. In: BERTONI, Luci Mara; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas (org.). **Crise, conflitos e conhecimento no mundo contemporâneo**. Campinas: Librum Editora, 2017.

WANDERLEY, Maria N. Baudel. **O Mundo Rural como um Espaço de Vida – Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.